



Comissão Parlamentar de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

## ATA NÚMERO 12/XVI/ 1.ª SL

Aos vinte e cinco dias do mês de junho de 2024, pelas 15.25 horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na Sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

### 1. Informações gerais.

### 2. Discussão e votação dos seguintes Projetos de Voto:

[n.º 26/XVI/1.ª \(CH\)](#) - De condenação ao Governo da Venezuela pelo cerceamento de liberdades políticas e repressão das oposições democráticas.

[n.º 111/XVI/1.ª \(PS\)](#) - De preocupação pela ausência de garantias de democraticidade do processo eleitoral na Venezuela, a 28 de julho de 2024.

[n.º 113/XVI/1.ª \(IL\)](#) - De condenação ao regime de Nicolás Maduro, pelas constantes violações antidemocráticas e ataques contra opositores políticos, relativamente às eleições de 28 de julho de 2024.

[n.º 124/XVI/1.ª \(CDS-PP\)](#) - De condenação do regime vigente na Venezuela, liderado por Nicolás Maduro, pelos constantes atropelos à democracia, pela opressão política interna e pela tentativa de anexação de Essequibo.

### 3. Discussão e votação dos seguintes Projetos de Voto:

[n.º 25/XVI/1.ª \(CH\)](#) - De condenação à ofensiva lançada pela República Islâmica do Irão contra o Estado de Israel.

[n.º 110/XVI/1.ª \(PS\)](#) - De preocupação pelos ataques mútuos entre Israel e Irão.

### 4. Apresentação, discussão e votação do [Projeto de Voto n.º 43/XVI/1.ª \(PCP\)](#) - De condenação da política de ingerência, desestabilização e agressão contra a República Bolivariana da Venezuela.

### 5. Apresentação, discussão e votação do [Projeto de Voto n.º 48/XVI/1.ª \(IL\)](#) - De solidariedade com os manifestantes pela liberdade na Geórgia.

### 6. Apresentação, discussão e votação do [Projeto de Voto n.º 98/XVI/1.ª \(IL\)](#) - De preocupação pelos 29 anos do rapto do 11.º Panchen Lama perpetrado pela República Popular da China.



Comissão Parlamentar de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

## ATA NÚMERO 12/XVI/ 1.ª SL

7. Apresentação, discussão e votação do [Projeto de Voto n.º 108/XVI/1.ª \(CH\)](#) - De condenação ao Governo da República Bolivariana da Venezuela pela prisão de Carla da Silva, cidadã venezuelana de origem portuguesa.
8. Apresentação, discussão e votação dos seguintes Projetos de Voto:
  - [n.º 115/XVI/1.ª \(IL\)](#) - De pesar em memória das vítimas do massacre de Tiananmen de 1989 perpetrado pelo regime comunista da República Popular da China.
  - [n.º 138/XVI/1.ª \(CDS-PP\)](#) - De pesar em memória das vítimas do massacre de Tiananmen, cometido pelo regime comunista da República Popular da China, em 1989.
9. Apresentação, discussão e votação do [Projeto de Voto n.º 137/XVI/1.ª \(PAN\)](#) - De saudação pela decisão do parlamento colombiano pela abolição das touradas no país.
10. Apresentação, discussão e votação do [Projeto de Voto n.º 148/XVI/1.ª \(BE\)](#) - De condenação pela violação sistemática de direitos humanos pela guarda costeira grega.
11. Apresentação e discussão do [Projeto de Resolução n.º 18/XVI/1.ª \(PAN\)](#) - Apela à Assembleia Nacional da República da Gâmbia que mantenha em vigor a proibição da mutilação genital feminina.
12. Apresentação e discussão do [Projeto de Resolução n.º 107/XVI/1.ª \(L\)](#) - Recomenda ao Governo o reconhecimento urgente da independência da Palestina.
13. Apresentação e discussão do [Projeto de Resolução n.º 145/XVI/1.ª \(BE\)](#) - Recomenda ao Governo português que se associe ao processo relativo à aplicação da convenção para a prevenção e repressão do crime de genocídio na faixa de Gaza (África do Sul contra Israel). - **Conexão à 1.ª Comissão**
14. Discussão e votação do relatório referente à [Petição n.º 254/XV/2.ª](#) – Pela defesa do cessar-fogo em Gaza pelo Estado português e a interrupção das relações diplomáticas entre Portugal e o Estado de Israel.
15. Análise e votação da redação final da seguinte iniciativa:
  - [Projeto de Resolução n.º 112/XVI/1.ª\(L\)](#) - *Recomenda ao Governo que condene a aprovação de legislação anti-LGBTI+ no Gana e que inclua informação sobre questões LGBTI+ no Portal Diplomático e na app “Registo Viajante”.*

## ATA NÚMERO 12/XVI/ 1.ª SL

### 16. Apreciação e aprovação das atas:

- n.º 5/XVI/1.ª de 4 de junho
- n.º 6/XVI/1.ª de 18 de junho

### 17. Outros assuntos

\_\_\_\_\_ // \_\_\_\_\_

Iniciada a reunião, dirigida pelo Presidente da Mesa, Deputado Sérgio Sousa Pinto, no âmbito do **Ponto 1.** da OD, o Presidente da Mesa começou por explicar o atraso no início da reunião, motivado pela ausência de quórum deliberativo. De seguida, referiu que:

- I. A Associação *Fundacja Portugalia* solicitou audiência para apresentação da mesma e seus objetivos e desafios vivenciados pela comunidade portuguesa residente na Polónia.

Reconhecido o interesse e disponibilidade da Comissão para os efeitos pretendidos, ficaram mandatados os Serviços para agendar data para a audiência, a qual deverá decorrer no formato de Mesa e Coordenadores

- II. De seguida, foi transmitido o mapa de audições regimentais sugerido pelo Ministro dos Assuntos Parlamentares para a corrente Legislatura, cfr. segue:
  - 1.ª Audição: 11 de setembro: dado que os trabalhos apenas se reiniciam a 16 de setembro, a melhor data neste mês seria 17, 3.ª feira;
  - 2.ª Audição: novembro para o OE;
  - 3.ª Audição: 11 de dezembro: tratando-se de uma 4.ª feira, irá sugerir-se o dia 17 imediatamente seguinte;
  - 4.ª Audição: 4 de fevereiro: dado estar demasiado próximo da anterior audiência, irá sugerir-se data no final de fevereiro ou março seguinte;
  - 5.ª Audição: 1 de junho: certamente por lapso, foi indicado um domingo, pelo que irá sugerir-se para o efeito o dia 3 imediatamente seguinte.



Comissão Parlamentar de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

## ATA NÚMERO 12/XVI/ 1.ª SL

Neste seguimento, ficaram os Serviços incumbidos de promover e atualizar os contactos relacionados com esta temática.

No **Ponto 2.**, foi transmitido existir uma proposta de voto alternativo da Comissão, consensualizando uma posição acerca desta matéria. Dado que o PCP também possuía iniciativa sobre o mesmo tema, embora em sentido diverso dos restantes quatro Projetos de Voto, foi antecipada a abordagem do **Ponto 4.**, tendo sido concedida a palavra à Deputada Paula Santos, para apresentação da sua iniciativa.

Neste seguimento, foi pela Deputada Paula Santos confirmada a impossibilidade de o PCP aderir a um texto consensualizado, pois na sua ótica a situação na Venezuela configura um caso de ingerência externa protagonizada pelos Estados Unidos e pela sua política de agressão e chantagem.

Intervieram seguidamente os Deputados:

Paulo Neves (PSD) para referir não acompanhar este voto, embora deseje sempre o melhor possível para os venezuelanos, atenta, até, a significativa comunidade de origem portuguesa ali residente, Além de conter expressões infelizes, o texto do PCP não alude às razões que levaram ao embargo dos Estados Unidos e da própria União Europeia.

Submetido a apreciação, o Projeto do PCP seria reprovado, com voto a favor do PCP e contra de PSD, PS, CH, IL e CDS, tendo estado ausentes BE e L.

Volvidos à discussão concreta do Ponto 2., foi discutido um texto alternativo proposto pela Comissão, com o seguinte teor:

«A Assembleia da República delibera:

- 1- Manifestar profunda preocupação pela forma como as autoridades venezuelanas têm vindo a conduzir a organização do processo eleitoral, previsto para 28 de julho próximo, perseguindo e detendo opositores políticos.
- 2- Apelar no sentido de que as referidas autoridades garantam eleições livres, transparentes e justas na Venezuela, no respeito pelos direitos e liberdades cívicas e políticas salvaguardados no Acordo de Barbados, contando para o efeito com a participação de observadores internacionais, entre os quais, a União Europeia.»



Comissão Parlamentar de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

### **ATA NÚMERO 12/XVI/ 1.ª SL**

Intervieram na discussão política os Deputados Ricardo Dias (CH), Patrícia Gilvaz (IL), Bruno Ventura (PSD), João Paulo Rebelo (PS) e Paulo Núncio (CDS).

Submetido a votação, o Projeto da Comissão foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes, estando ausentes o PC, BE e L.

Ficaram consumidos os Projetos originariamente apresentados por CH, PS, IL e CDS.

No **Ponto 3.**, foi discutido um texto alternativo proposto pela Comissão, com o seguinte teor:

«A Assembleia da República delibera:

- 1- Manifestar profunda preocupação pela escalada da tensão militar entre a República Islâmica do Irão e o Estado de Israel, evitando ações e retaliações sucessivas que poem gravemente em causa a ordem e a segurança internacionais na região do Médio Oriente, apelando, ainda, à contenção das hostilidades entre os referidos países.
- 2- Condenar o apresamento ilícito pelas autoridades iranianas do navio de bandeira portuguesa MSC Aries, ocorrido a 13 de abril passado, quando navegava no Estreito de Ormuz.»

Intervieram na discussão política os Deputados Ricardo Dias (CH) e Bruno Ventura (PSD).

Submetido a votação, o Projeto da Comissão foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes, estando ausentes o PC, BE e L.

Por decisão dos seus autores, ficaram consumidos os Projetos originariamente apresentados por CH e PS.

No **Ponto 5.**, foi concedida a palavra à Deputada Patrícia Gilvaz (IL) para apresentação da sua iniciativa, tendo procedido ao respetivo enquadramento e motivações.

Seguidamente, intervieram os Deputados:



Comissão Parlamentar de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

### **ATA NÚMERO 12/XVI/ 1.ª SL**

Paulo Neves (PSD) para deixar claro que estamos perante um voto de solidariedade para com os manifestantes, respeitando, contudo, a decisão do Parlamento georgiano, independentemente do seu sentido.

Diogo Pacheco de Amorim (CH) para concordar na íntegra com a posição do PSD.

João Paulo Rebelo (PS), para concordar, também e na íntegra com a posição do PSD.

Submetido a votação, o projeto foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes, estando ausentes o PC, BE e L

No **Ponto 6.**, foi concedida a palavra à Deputada Patrícia Gilvaz (IL) para apresentação da sua iniciativa, tendo procedido ao respetivo enquadramento e motivações.

Seguidamente, intervieram os Deputados:

Paula Santos (PCP) que começou por referir que a sua intervenção é igualmente válida para a matéria constante do Ponto 8. Relativamente ao teor da iniciativa, referiu tratar-se de uma operação concertada contra a China, baseada numa visão distorcida da realidade.

Submetido a votação, o projeto foi aprovado com votos a favor de CH e IL, contra do PCP e as abstenções de PSD e PS, estando ausentes BE, L e CDS.

A matéria do **Ponto 7.** foi adiada, a pedido do PS.

Passados ao **Ponto 8.**, foi sucessivamente concedida a palavra aos Deputados Patrícia Gilvaz (IL) e Paulo Nuncio (CDS) para apresentação das respetivas iniciativas, tendo ambos procedido ao enquadramento e motivações das mesmas. Neste âmbito, o Deputado Paulo Nuncio quis sublinhar em concreto a sua incredulidade com a posição manifestada pelo PCP acerca da suposta distorção da realidade do ocorrido em Tiananmen, acontecimentos que foram amplamente difundidos em direto pela televisão. Mais referiu ser fundamental manter viva a memória de todos quantos em nome da liberdade e da democracia, deram a vida durante tais ocorrências.

Seguidamente, intervieram os Deputados:



Comissão Parlamentar de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

### **ATA NÚMERO 12/XVI/ 1.ª SL**

Paulo Neves (PSD) para sublinhar que o seu Partido sempre celebrou o movimento cívico de Tiananmen, tratando-se de recordar quem luta pela liberdade e democracia e não por qualquer intuito persecutório face à China, com quem, de resto, o PSD e os anteriores Governos de Portugal sempre mantiveram excelentes relações, baseadas no respeito mútuo.

João Paulo Rebelo (PS) para manifestar integral concordância com a posição manifestada pelo PSD, tendo salientado que os Governos do PS seguiram sempre o tipo de relação ali referenciado. Referiu, concluindo, que no seu entendimento existe a possibilidade de ambas as iniciativas poderem vir a ser fundidas numa única proposta a perfilhar pela Comissão, devendo ter por base a iniciativa apresentada pelo CDS que lhe pareceu a mais equilibrada.

Manuel Magno (CH) para referir que votará favoravelmente um texto comum.

Assim e por decisão do Presidente da Mesa e com a concordância de IL e CDS, ficaram os Serviços incumbidos de elaborar um texto alternativo, a ser votado na próxima reunião.

No **Ponto 9.**, foi concedida a palavra à Deputada Inês Sousa Real (PAN) para apresentação da sua iniciativa, tendo procedido ao seu enquadramento e apresentação das motivações.

Seguidamente, intervieram os Deputados:

Paulo Neves (PSD) que identificou a existência de posições diferenciadas e opostas dentro do PSD, motivo que o leva a não tomar posição acerca do tema.

Ricardo Dias Pinto (CH) para referir que as diferentes formas de cultura dos povos devem ser respeitadas, não cabendo alterá-las por via de decreto.

Submetida a votação, a iniciativa foi reprovada, com votos contra de CH e do Presidente da Mesa; a favor de PAN; e abstenções de PSD e PS. Estiveram ausentes BE, L, PCP e CDS.

A apresentação e discussão prevista no **Ponto 10.** Foi adiada, a pedido do BE.

No **Ponto 11.**, foi concedida a palavra à Deputada Inês Sousa Real (PAN) para apresentação da sua iniciativa, tendo começado por referir estar-se perante práticas



Comissão Parlamentar de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

### **ATA NÚMERO 12/XVI/ 1.ª SL**

nefastas tradicionais e por isso mesmo, ilustrativas de que a cultura e a tradição devem de facto evoluir, seja pelos direitos humanos, seja pelos direitos dos animais. Indo ao cerne da questão veiculada na sua iniciativa, declarou estar-se perante um combate pela erradicação da prática tradicional nefasta da mutilação genital feminina que tem sido um tema prioritário quer no nosso país, quer através de políticas de prevenção, quer pela deteção e sensibilização na área da saúde e na ação externa, em particular na cooperação para os países em desenvolvimento, com disponibilização de verbas para o efeito. Entende o PAN que existindo risco de retrocesso nesta área, a Assembleia da República, não pode ficar indiferente perante eventuais retrocessos, como no caso presente da Gâmbia, onde está em causa a discussão na Assembleia Nacional uma iniciativa legislativa que em nome da pureza religiosa visa salvaguardar normas e valores culturais consubstanciando uma reversão da mutilação genital feminina, aprovada em 2015, reversão que seria a primeira a ocorrer em casos similares. Tal passo histórico permitiu salvar aquilo que eram muitas vidas, meninas e mulheres, prevenindo ainda consequências para toda a vida das mesmas. Neste sentido, entende que a anunciada reversão deve ser combatida, esta reversão, por três razões que concretamente indicou. Primeiro, por assentar em pressupostos falsos, pois conforme vem afirmando as Nações Unidas e a Organização Mundial de Saúde, não existe qualquer referência à mutilação genital feminina ou a práticas similares nos livros sagrados, seja na Bíblia, na Tora ou no Corão. O próprio Tribunal Africano dos Direitos Humanos e dos Povos, do qual a Gâmbia é Parte, decidiu que os estados africanos não podem usar a cultura ou a religião como base para justificar a violação de quaisquer direitos humanos. Depois, temos razões relacionadas com os direitos das mulheres, abrindo portas a visões culturais retrógradas e misóginas, que podem levar a anos a serem revertidas e que se vão traduzir num controlo da sexualidade da mulher, inclusivamente ao nível do seu direito à reprodução e, ainda, à superveniência de problemas de saúde pública com o aumento do VIH. Finalmente, porque tal pretensão afronta o direito internacional e os compromissos políticos já assumidos pela Gâmbia, em particular no concernente às disposições constantes da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra Mulheres, da Convenção sobre os Direitos das Crianças, tendo em conta que esta prática também é levada a cabo contra crianças, de que Portugal também a parte e que a própria Gâmbia ratificou. Concluiu, referindo que o PAN propõe que a Assembleia da República faça um apelo formal à Gâmbia para que, efetivamente, mantenha esta proibição.





Comissão Parlamentar de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

## ATA NÚMERO 12/XVI/ 1.ª SL

Seguidamente, intervieram os seguintes Deputados:

Paulo Neves (PSD) que felicitou a autora pela iniciativa, bastante completa e exaustiva, tendo manifestado co apoio do PSD à mesma, realçando o facto de se tratar de um apelo e não de uma condenação.

João Paulo Rebelo (PS) para manifestar igualmente a sua concordância com o sentido geral da iniciativa, bem elaborada e rigorosa. Porém, sublinhou que na sua opinião, tratando-se de uma recomendação ao Governo português, não faz muito sentido que a iniciativa se dirija diretamente ao Parlamento gambiano.

Rita Matias (CH) para relembrar que os cristãos são condescendentemente queimados em certos países árabes e africanos, sem que nada se diga ou faça. No entanto, manifestou concordância com a presente iniciativa, sendo que, sublinhou, também em Portugal aumentaram os casos de mutilação genital feminina, o que nos impões um dever de especial atenção.

Devolvida a palavra à autora da iniciativa, agradeceu a participação e os comentários produzidos na discussão política da sua iniciativa, tendo concordado com a substituição sugerida das referências à Assembleia Nacional da Gâmbia \_ designadamente no título da iniciativa \_, por referências à República da Gâmbia, pelo que iria proceder, enquanto autora, à substituição do texto original.

Nada mais havendo a referir, o Presidente da Mesa deu por encerrada a discussão política deste ponto.

A apresentação das iniciativas mencionadas nos **Pontos 12. e 13.** foram adiadas, a pedido dos respetivos autores.

No **Ponto 14.**, foi concedida a palavra ao Deputado Diogo Pacheco de Amorim (CH) para apresentação do seu Relatório, alusivo à Petição em título, o qual pode ser consultado [aqui](#).

Não tendo suscitado quaisquer intervenções, passou-se à sua votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade dos Deputados presentes, estando ausentes BE, L, PCP e CDS.



Comissão Parlamentar de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

## ATA NÚMERO 12/XVI/ 1.ª SL

No **Ponto 15.**, uma vez lida e apreciada a proposta de texto final para a iniciativa em apreço, procedeu-se à respetiva votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade dos Deputados presentes, estando ausentes BE, L, PCP e CDS.

No **Ponto 16.**, foram lidas as Atas em título, cujo teor não sofreu reparos. Submetida a votação, ambas foram aprovadas por unanimidade dos Deputados presentes, estando ausentes BE, L, PCP e CDS.

Finalmente, no **Ponto 17.**, o Presidente da Mesa anunciou que, devido ao calendário de trabalhos parlamentares, a próxima reunião da comissão teria lugar, apenas, a 10 de julho próximo.

\_\_\_\_\_ // \_\_\_\_\_

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 16 horas e cinquenta e cinco minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 25 de junho de 2024.

**O PRESIDENTE**

**(SÉRGIO SOUSA PINTO)**



Comissão Parlamentar de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

## **ATA NÚMERO 12/XVI/ 1.ª SL**

### **Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Bruno Ventura (PSD)  
Paulo Neves (PSD)  
João Paulo Rebelo (PS)  
Sérgio Sousa Pinto (PS)  
Diogo Pacheco De Amorim (CH)  
Manuel Magno (CH)  
Ricardo Dias Pinto (CH)  
Paula Santos (PCP)  
Paulo Nuncio (CDS-PP)  
Pedro Correia (CH)  
Rita Matias (CH)  
Patrícia Gilvaz (IL)  
Rui Rocha (IL)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Eduardo Reis (PSD)  
Flávio Martins (PSD)  
Regina Bastos (PSD)  
Gilberto Anjos (PS)  
José Dias Fernandes (CH)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Dinis Faísca (PSD)  
Paulo Edson Cunha (PSD)  
Edite Estrela (PS)  
Marcos Perestrello (PS)  
Paulo Pisco (PS)  
Rodrigo Saraiva (IL)  
Marisa Matias (BE)  
Rui Tavares (L)  
Paulo Moniz (PSD)

Ata aprovada em reunião de Comissão de 12 de setembro de 2024